



A SOCIEDADE CIVIL: UMA ESCOLA DE CIDADANIAS

Manuel GONÇALVES BARBOSA
Universidade do Minho (Braga-Portugal)

Data de recepción: 29/11/2007
Data de aceptación: 13/06/2008

«Todo influye en la educación, porque todo, en este sentido, es escuela»

Federico MAYOR, 2002, p.24

RESUMO

A educação para a cidadania não se esgota na sociedade civil mas tem nela um protagonista de peso cujo poder e modalidades de influência precisam de ser investigados, tanto mais quanto se assiste hoje a uma clara revalorização pedagógica da sociedade civil na sequência das críticas dirigidas ao Estado centralista e burocrático. Este requerimento da investigação leva a perguntar, em primeiro lugar, que sentido se pode atribuir à revalorização educativa da sociedade civil em termos de cidadania, dadas as dúvidas e as ambiguidades que esse tema suscita hoje em dia. Em segundo lugar, e já no quadro de uma nova hermenêutica da sociedade civil, interroga-se esta como eventual escola de cidadanias à luz de categorias do pensamento político contemporâneo. Por fim, procura-se saber em que sentido caminha a sociedade civil, previamente-

te conceptualizada como escola de várias cidadanias, de modo a poder responder a esta questão: caminha a sociedade civil no sentido de nos preparar para os desafios da multiculturalização galopante da vida social e da não menos acelerada transformação do governo centralizado e burocrático numa governação de múltiplos níveis ou estratos, numa época, que é a nossa, em que a soberania se dispersa por níveis subestatais e supranacionais? O percurso investigativo, baseado em análises críticas e reflexivas, procura resposta para todas as questões.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade civil, escola, cidadanias

ABSTRACT

The education for the citizenship is not depleted in the civil society, but it plays the role of an important protagonist whose power and modalities of influence need to be investigated, as far as we are facing nowadays a clear pedagogical revalorization of the civil society in the sequence of criticism directed to

Correspondencia:

* Universidade do Minho. Braga – Portugal. mbarbosa@iep.uminho.pt

the centralized and bureaucratic State. This request for research leads to ask, in first place, what meaning can be attributed to the educative revalorization of the civil society in terms of citizenship, given the doubts and the ambiguities that this subject causes nowadays. Secondly, in the scope of a new hermeneutics of civil society, this one is questioned as an eventual school of citizenships by the light of categories of contemporary political thought. Finally, we try to find out in which direction is going the civil society, previously conceptualized as a school of several citizenships, in order to answer this question: Is the civil society moving in a way to prepare ourselves for the challenges of a galloping multiculturalization of the social life and of the not less accelerated transformation of a centralized and bureaucratic government into a governance of different levels or strata, in a time, which is ours, in which sovereignty is dispersed by substate and supranational levels? The research course, based on critical and reflexive analysis, searches the answer to all of these questions.

KEY WORDS: Civil society, school, citizenships

A delimitação da influência educativa, mesmo em questões de cidadania, não é fácil de realizar. Por uma razão muito simples: a construção da cidadania depende dum rica tapeçaria de agentes educativos cuja acção se desenvolve tanto dentro como fora da escola. A escola, falando de cidadanização, é tudo aquilo que contribui para moldar o carácter dos cidadãos, em termos de atitudes, valores e comportamentos, por um lado, e em termos de saberes, conhecimentos e competências, por outro lado. Se quisermos ter uma compreensão abrangente dos actores que contribuem para a nossa formação de cidadãos, ou que participam na construção das nossas identidades políticas, devemos reconhecer que eles são vários, como vários são os cenários da sua

actuação. A sociedade civil é um desses palcos e deve ser tida em consideração, não porque está na moda invocá-la a propósito de tudo e de nada, sabe-se lá com que intenções e com que interesses estratégicos, mas porque os seus agentes têm efectivo protagonismo na configuração de múltiplos processos de cidadanização a partir das suas concepções de vida 'boa'. Assim, a sociedade civil também precisa de ser concebida como instância de educação para a cidadania, atendendo ao desempenho dos seus actores e dos seus protagonistas nessa matéria.

A revalorização da sociedade civil na sequência de fenómenos que se articulam, todos eles, com aspectos integrantes da cidadania, como as lutas pela instauração da democracia nos regimes autoritários do Estado socialista, ou as campanhas contra as injustiças da globalização neoliberal e o apoio às vítimas da reestruturação económica, da espoliação, da discriminação, das violações dos direitos humanos, da negação das mais elementares condições de vida digna, ou ainda, mais recentemente, o objectivo de democratização das democracias e a reforma solidária e participativa da regulação social e política como forma de chegar à tão almejada sustentabilidade do bem-estar social, está a ser acompanhada por um discurso que assume, sem cerimónias, esse entendimento da sociedade civil como instância de educação para a cidadania. Os assim chamados «teóricos da sociedade civil», por intermédio de M. Walzer, chegam mesmo a dizer que só a sociedade civil pode ensinar civilidade, isto é, por outras palavras, cidadania.

A revalorização pedagógica da sociedade civil, nomeadamente em termos de educação para a cidadania, coloca algumas questões incómodas, mas absolutamente necessárias para esclarecer o sentido de muitos debates actuais. A primeira delas tem a ver com a hiperbolização retórica do poder educativo da sociedade civil em matéria de cidadania: faz sentido enaltecer desse modo a capacidade

educativa da sociedade civil? Não se estará a ir longe de mais ao querer assumi-la como única escola de cidadania? Depois, conviria perguntar se não é mais razoável falar em «escola de cidadania» no plural, isto é, em «escola de cidadanias». O que é que se pode entender, neste caso, por «escola de cidadanias»? Tem isso algum valor descritivo para a análise do protagonismo da sociedade civil na educação dos cidadãos? Por outro lado, e admitindo que a sociedade civil é mesmo uma escola de cidadanias com mais ou menos presença na determinação da nossa identidade política, importa saber ou esclarecer que cidadanias são essas. Aqui pergunta-se: como apreender essas cidadanias? Como identificá-las? Com que categorias? Será possível fazer o seu reconhecimento sem nos perdermos no enrugamento de um terreno politicamente armadilhado? Haverá bússola segura para ir ao encontro das concepções de cidadania que as organizações da sociedade civil promovem mesmo sem se darem conta disso?

A estes questionamentos, já de si suficientemente impertinentes para desconcertar o *mainstream* mais firmemente estabelecido em questões de educação, cidadania e sociedade civil, ainda devíamos acrescentar se a «escola de cidadanias», aqui retratada nos estritos limites da sociedade civil realmente existente, está à altura dos desafios actuais, nomeadamente os que se reportam à multiculturalização galopante da vida social e à redefinição da gestão do processo político, agora situado em múltiplos níveis ou estratos, desde os municípios e as regiões aos fóruns das instituições internacionais, passando pelos níveis nacionais e supranacionais mais imediatos, como é o caso das instituições europeias. O que importa saber é se a sociedade civil, em termos de cidadanização de novas e velhas gerações, está a caminhar no sentido de preparar para o «choque» cultural e político desses desafios. Afinal, para onde caminha a escola de cidadanias? Está em consonância com esses desafios? O que fazer se se verificar dessincronias e alheamentos?

O rumo discursivo aqui traçado pauta-se por todas essas questões, embora não as siga de maneira linear e pontilhista. Retoma-as em três blocos temáticos. No primeiro aborda o sentido e o alcance da revalorização pedagógica da sociedade civil tal como decorre da sua recente revalorização social e política. No segundo abre-se espaço para a consideração da sociedade civil como escola de cidadanias no quadro de uma nova hermenêutica da sociedade civil em questões educativas. Por fim, e já no terceiro bloco temático, vamos procurar saber em que sentido caminha a sociedade civil enquanto escola de cidadanias e se esse caminhar está em sintonia com a assunção dos desafios culturais e políticos actuais. A questão, inicialmente descritiva, pode derivar em normativa se se constatar que o rumo da sociedade civil precisa de ser inflectido no sentido dos desafios que hoje nos afligem.

APRENDIZAGEM DA CIDADANIA NAS ARENAS DA SOCIEDADE CIVIL: SENTIDO E ALCANCE DE UMA REVALORIZAÇÃO CONCEPTUAL

A sociedade civil, não obstante a confusão e a ambiguidade a propósito do seu significado, é um valor bem cotado nas estruturas conceptuais do pensamento político contemporâneo. Renasceu em grande escala nas décadas de 1980 e 1990 e pode dizer-se, sem grandes exageros, que se tornou a vedeta do pensamento em torno da sociedade e da política. Há certamente um largo consenso acerca da sua importância, mas há igualmente um crescente desacordo acerca do seu sentido exacto. «Há mesmo sinais, diz-nos J. Keane (2001, p. 49), de que os sentidos da expressão ‘sociedade civil’ estão a multiplicar-se a um ponto tal que, como uma frase publicitária que chama a atenção, ela se arrisca a implodir devido ao excesso de uso».

A linguagem em torno da sociedade civil é cada vez mais confusa, tem diferentes

regras de gramática e, o que é pior, remete frequentemente para vocabulários contraditórios. Por isso, como reconhece Olvera, «falar de ‘uma’ sociedade civil... é problemático» (2003, p. 412), pois a expressão faz referência, aqui e agora, a uma grande variedade de associações, grupos, instituições, actores, movimentos, todos marcados por uma grande diversidade de objectivos e pontos de vista acerca do que deve ser uma sociedade ‘boa’. A ideia de «caos criador», utilizada por Dahrendorf (2004, p. 134) para caracterizar a sociedade civil realmente existente, ou o conceito «arena de arenas» de M. Walzer (1995, p. 174), usado para o mesmo fim, acabam por coincidir com essa descrição. Mas atenção: isso não autoriza a dizer que não há fio condutor entre os elementos constitutivos da sociedade civil. Num aspecto pelo menos coincidem: todos se auto-definem independentes do Estado e relativamente à margem das instituições estatais. Assim, «não é irracional afirmar que a sociedade civil possui carácter distintivo, na medida em que é composta por áreas da vida social – o mundo doméstico, a esfera económica, as actividades culturais e a interacção política – que estão organizadas de modo privado ou voluntário pelos indivíduos e os grupos, fora do controlo directo do Estado» (Held, 2001, p. 351). Acaba por ser, nas palavras de Burns (2004, p. 137), «uma rede formada por inúmeros grupos, organizações e movimentos. Estas redes, como sublinha o autor, não são controladas pelo Estado, ainda que possam ser em maior ou menor medida influenciadas e controladas pelo Estado e, por conseguinte, interajam com as instituições estatais». Obviamente, como reconhece Burns, a sociedade civil não é redutível às relações de mercado ou capitalistas. «Inclui também as comunidades religiosas, os grupos profissionais, as academias» (p. 137) e outros actores que a seu tempo veremos. Cada concreta sociedade civil é, de facto, um combinado de múltiplos elementos e dimensões que não partilham, necessariamente, as mesmas crenças e os mesmos valores.

Uma coisa é, no entanto, comum: todas as componentes da sociedade civil, desde a esfera da intimidade (família) às organizações de caridade, passando pelas igrejas, sindicatos, associações de produtores e consumidores, associações étnicas, grupos ambientalistas, grupos de ajuda, associações de moradores, colectividades recreativas, culturais e desportivas, comunidades residenciais, associações de imigrantes, grupos cívicos e movimentos sociais, entre tantas outras que formam a rica tapeçaria de sub-comunidades da sociedade civil, todas elas, dizíamos, têm um selo de identidade comum: são fruto da auto-organização das pessoas e situam-se em esferas não-governamentais, ou, pelos menos, tentam preservar uma posição de relativa autonomia em relação às instituições governamentais de uma determinada comunidade política.

A importância da sociedade civil, reportada às áreas cobertas por essa pluralidade de actores sociais e amplamente glosada nas análises apoloéticas dos «corpos intermédios», tem pois a ver com o político, o económico, o social, o cultural e o educativo.

A revalorização contemporânea da sociedade civil, procedente das mais diversas fontes, «dos novos movimentos sociais e das organizações significativamente denominadas ‘não-governamentais’, dos teóricos do neoliberalismo e das associações empresariais, dos grupos religiosos conservadores e de movimentos dissidentes em relação à moral ‘oficial’ dos regimes autoritários» (Echeverría, 2003, p. 30), religa-se a essas dimensões da realidade societária e não apenas, como se julga precipitadamente, com a área do político. É certo que o político jogou um papel determinante na sua revalorização, nomeadamente na sequência das lutas contra as ditaduras e os regimes de partido único tanto na Europa de Leste como na América Latina. Mas isso é apenas uma parte da história. A revalorização da sociedade civil também se articula com as outras dimensões da realidade social: com o económico, com o cultural e,

mais recentemente, com o educativo. Do lado da economia temos o elogio das excelências da iniciativa privada, do empreendedorismo e do associativismo, tanto de produtores como de consumidores. Temos, além disso, e talvez com mais impacto, o ressurgimento do Terceiro Sector, ou sector da economia social, protagonizada por associações voluntárias de serviço público sem fins lucrativos ocupadas com a prestação de serviços de bem-estar social nas áreas da saúde, da educação e do assistencialismo a populações carenciadas. Do lado da educação e da cultura, e descontando já esse protagonismo do terceiro sector, há que ter em conta o apreço dado a todas as organizações da sociedade civil que, informalmente, contribuem para a formação de cidadãos solidários e responsáveis, comprometidos com a gestão e a administração dos assuntos comuns.

O apreço que se dá à sociedade civil no plano educativo, talvez justificado por longas décadas de centralização quase obsessiva no sistema de ensino, traduz uma revalorização pedagógica cujo sentido e alcance ainda está por determinar em toda a sua extensão. O que admira, apesar de tudo, é o súbito empolamento das virtudes educativas da sociedade civil. Porquê este empolamento? Porquê tanto alarido em torno das potencialidades educativas da sociedade civil, especialmente em termos de cidadania? Há aí algum interesse estratégico dissimulado, como, por exemplo, um ataque às posições do Estado em matéria de educação cívica e de formação de cidadãos, na plena acepção da palavra? Quererá isso dizer, mais sinceramente, que não se acredita na capacidade do Estado em fazer a integração normativa e simbólica de todos os cidadãos, e de todos os candidatos a cidadãos, numa altura em que essa capacidade é sistematicamente desafiada pela multiculturalização galopante da vida social no interior das fronteiras dos Estados nacionais? Será pelo facto do Estado estar «em baixa», atacado e desacreditado pela ineficiência, o despesismo e o incumprimento dos seus pro-

gramas? Ou será tudo isso uma consequência do reconhecimento de que, afinal, a sociedade civil também ocupa um lugar na formação das identidades políticas dos cidadãos e que já é tempo de lhe atribuir os devidos méritos nessa matéria? Se é este o caso, o que não nos parece de todo, não era preciso radicalizar as virtudes educativas da sociedade civil, como quando se diz, na sequência de M. Walzer: «O civismo necessário à política democrática só poder ser aprendido através de redes de associações» (Alonso, 2007, p. 148). Apenas bastaria sinalizar, com os devidos esclarecimentos, que a sociedade civil induz aprendizagens de cidadania e que essas aprendizagens são a resultante da intervenção de vários agentes da sociedade civil, e não de um só.

Por um lado, há que reconhecer que as aprendizagens induzidas pela sociedade civil são múltiplas e diversificadas: desde simples habilidades políticas, como a argumentação, a deliberação e a negociação, a amplas virtudes cívicas, como a responsabilidade social, o sentido de justiça, a participação, o respeito pelos outros, a colaboração, a empatia, a solidariedade, a entrega a causas comuns, a cívildade e a urbanidade. Por outro, faz todo o sentido admitir, com modéstia, que «não devemos esperar tudo de todo o tipo de associações da sociedade civil» (Warren, 2004, p. 89). As estruturas da sociedade civil (associações, grupos, instituições, movimentos sociais) são muito desiguais a potenciar a cidadanização dos indivíduos. Se há estruturas com capacidade para induzir a consolidação de uma determinada faceta da cidadania, outras há que só são boas a promover outra faceta da mesma cidadania. Assim, enquanto umas estruturas desenvolvem o sentido de ajuda e a solidariedade, outras promovem as capacidades deliberativas, as competências críticas, o juízo político, a discussão e a argumentação. Se algumas sensibilizam mais para a defesa dos direitos individuais, outras há que privilegiam a entrega ao bem comum e uma certa renúncia aos interesses particulares. Umas centram-se nos deveres e

nas responsabilidades, outras nos direitos e nas prerrogativas individuais. Para umas, o que importa é fomentar o compromisso com o bem comum, a lealdade às instituições políticas, a civilidade, a responsabilidade social, a empatia e a implicação na deliberação colectiva. Para outras, a ênfase deve estar nas virtudes do auto-controlo e da moderação política. Em síntese: a rica tapeçaria de sub-comunidades da sociedade civil desdobra-se numa interessante ecologia educativa que fomenta, por separado, múltiplas aprendizagens necessárias ao ofício da cidadania. Se não devemos esperar tudo de todo o tipo de associações da sociedade civil, devemos pelo menos esperar alguma coisa, pois todas contribuem, de alguma forma, para a educação dos cidadãos. «As pessoas, como sublinha incisivamente W. Kymlicka a esse propósito, não só aprendem a ser cidadãos responsáveis nas escolas, mas também na família, na vizinhança, nas igrejas, e em muitos outros grupos e fóruns da sociedade civil» (2003, pp. 341-342).

O reconhecimento desse papel educativo da sociedade civil é para se tomar em conta e levar a sério, quanto mais não seja para desenvolver uma pedagogia da sociedade civil capaz de promover a capacitação de cidadãos em articulação e em sinergia com outras agências de socialização política, como é o caso singular, e verdadeiramente nuclear, da instituição escolar.

Ainda assim, isso não legitima extrapolar as virtudes educativas da sociedade civil em termos de cidadania. A sociedade civil tem os seus limites. A família pode ser «uma esfera opressiva e violenta» (Kaldor, 2003, p. 49), dominada pelo imaginário machista, refém de assimetrias de poder e um caldo de cultura das desigualdades mais infames entre adultos, e entre adultos e crianças. Os grupos étnicos e religiosos, por sua vez, podem induzir o ódio ao estrangeiro (xenofobia) e a intolerância entre os fiéis de vários credos, inviabilizando desse modo o respeito pelas diferenças, a colaboração em projectos comuns, a con-

fiança, a reciprocidade e os direitos iguais para todos.

Por outro lado, várias são as associações que fomentam a «cidadania individualista», obsessivamente focalizada nos interesses privados e nos direitos individuais, e, como contraponto, a «cidadania sistémica», ou cidadania de acentuação das fidelidades étnicas, sociais, culturais e raciais. Os perigos de privatização da cidadania, no primeiro caso, e de comunitarização, no segundo, vêm mostrar mais uma vez que o entusiasmo em torno da sociedade civil como agência de educação para a cidadania nem sempre se justifica. A sociedade civil, também em matéria educativa, «não tem uma inocência natural» (Keane, 1988, p. 33). Pode limitar e até comprometer as aprendizagens necessárias ao exercício da cidadania, e isso desde a esfera da família ao amplo universo das associações voluntárias, tanto da área económica como dos sectores sociais, culturais e políticos. Se não tivermos a coragem de reconhecer isso, podemos ser cúmplices de injustiças e imoralidades, ou criar condições para que isso seja possível nas arenas da sociedade civil.

Assim, resgatar a ideia de sociedade civil como agência de formação de cidadãos na ampla acepção do termo, e na pluralidade das suas formas, exige que se aceite essa relativização. A relativização, enquanto exercício de modéstia, é o que permite desenvolver, com sentido heurístico, uma hermenêutica da sociedade civil em que esta aparece como escola de cidadanias.

A SOCIEDADE CIVIL: UMA ESCOLA DE CIDADANIAS

A sociedade civil é um significante de pluralidade e isso quer dizer, em condições de crescente diferenciação social, que a sociedade civil se estrutura como conjunto diversificado, e por vezes contraditório, de grupos, movimentos e associações. O âmbito da

sociedade civil, mais ou menos dilatado conforme os quadros políticos de referência e as práticas institucionalizadas no Estado de direito, configura tanto a solidariedade e a cooperação, como a disparidade e a fragmentação. A sociedade civil é «o reino da fragmentação e da luta, mas também de solidariedades concretas e autênticas» (Walzer, 1998, p. 16). Nas suas esferas «andam de mãos dadas a racionalidade estratégica e a comunicativa, a competição de interesses e a cooperação, o individualismo egoísta e a solidariedade» (Cortina, 1998, p. 192). Se por um lado dá aos indivíduos a oportunidade de cooperarem em defesa de interesses comuns, também os coloca em rota de colisão quando autoriza a prossecução de interesses divergentes e contraditórios tanto nas esferas públicas como nas privadas.

As associações, enquanto elemento mais emblemático da sociedade civil (Puga, 2005, p. 77), e porventura mais estável, espelham bem a riqueza e a potencialidade conflitual dessa ambivalência. Se há associações que se dedicam sobretudo à defesa de bens privados, como é o caso dos grupos de interesses económicos, outras há que se dedicam aos bens públicos, e outras a bens identitários, designadamente os grupos étnicos e religiosos. Os atritos e os conflitos não são uma fatalidade, mas podem muito bem acontecer, quer entre o público e o privado, quer entre o maioritário e o minoritário, ou entre o subalterno e o hegemónico.

A senha de identidade da sociedade civil é, pois, a da pluralidade. Pluralidade nas formas, mas também nos conteúdos. A pluralidade das formas traduz uma rica diversidade de organizações, movimentos e associações com diferentes estruturas organizativas e com diferentes ciclos de vida. A pluralidade dos conteúdos é a face imaterial das organizações da sociedade civil. Aqui distinguem-se, pela sua importância educativa, as opções axiológicas, os quadros de valores, os códigos normativos, as formas de comunicação e os padrões de

socialização. A «alma» das organizações da sociedade civil está nestes elementos e isso é determinante para o papel que desempenham na formação de cidadãos. Desde logo, na diversificação e na pluralização desse papel em termos de cidadania.

O papel da sociedade civil, no que concerne a cidadania, também se declina no plural. Não se trata de educar numa só cidadania, mas em várias. A sua acção educativa desdobra-se na promoção de cidadanias que é preciso compreender em função de várias categorias do pensamento político contemporâneo, muito debatidas, é certo, mas ainda assim necessárias para fazer essa hermenêutica.

O recurso a categorias é um expediente de simplificação da realidade, mas é a única forma de não nos perdermos na floresta das influências educativas da sociedade civil. As influências são diversas, e isso não se traduz apenas na aprendizagem de aspectos constitutivos da cidadania, como as virtudes cívicas e as competências políticas, mas reflecte-se também nas próprias concepções de cidadania que as redes relacionais da sociedade civil promovem desde baixo, muitas vezes sem um trabalho de formalização e explicitação.

As categorias que se revelam úteis a esse exercício hermenêutico de compreensão da sociedade civil como espaço de aprendizagem de múltiplas cidadanias, e que podemos aproveitar para fazer uma leitura das tendências sociais actuais, resumem-se a três: a liberal, a comunitária e a republicana. A utilização instrumental destas categorias como descritores da acção educativa da sociedade civil permite ver nela uma escola de cidadanias, ora de feição liberal, ora de tipo comunitário, ora de carácter republicano. Uma hermenêutica da sociedade civil como escola de cidadanias remete para essas categorias e para a sua significação em termos de orientações e consequências no plano da educação espontânea dos indivíduos.

As orientações e as conseqüências, no caso particular da educação para a cidadania liberal protagonizada, na sociedade civil, pelas organizações contratuais e utilitárias que visam a satisfação de interesses privados e a defesa de direitos individuais, são muito concretas: educa-se para a reivindicação de direitos e liberdades que permitam realizar, na esfera da vida privada, os ideais de felicidade que o cidadão elege para si e para os seus sem referência a interesses gerais ou a um bem comum colectivamente partilhado – único capaz de travar o ensimesmamento na «jaula de ferro» do individualismo. Os influxos de cidadanização, subtilmente desencadeados pelas agremiações de carácter económico e social, convergem na privatização de todos os aspectos da vida social e, concomitantemente, na minimização do interesse pelas coisas públicas. O público é subestimado e, com ele, a própria política.

A cidadanização liberal despreza o valor da actividade política e só olha para a política, no melhor dos casos, como meio de realizar, na vida privada, os ideais de felicidade individualista. A política só tem valor se serve para «maximizar os interesses privados» (Leroux, 2007, p. 166), se contribui, nesse sentido, para garantir e proteger a iniciativa privada. O privado é para ganhar ascendência sobre o público e para limitar, drasticamente, as pretensões do Estado. Nisto, a educação para a cidadania de signo liberal é perfeitamente congruente com as teses do «menos Estado» ou, até, do «anti-Estado». Presume-se, e deixa-se transparecer isso, quer na comunicação, quer na socialização, que a entidade estatal é nefasta à iniciativa privada e que, portanto, há que desconfiar dela e colocá-la sob suspeita. Há, sobretudo, que evitar que o Estado se transforme no principal impulsionador da vida boa. Isso cabe à sociedade civil e às suas associações, fundamentalmente apolíticas ou anti-políticas.

A educação para a cidadania de inspiração liberal, estimulada e apadrinhada pelas asso-

ciações que desconfiam da sociedade política, incute essa desconfiança nos cidadãos e faz com que eles se refugiem nos prazeres da vida privada. O envolvimento político dos cidadãos, a partir daí, torna-se uma miragem. Quando muito, pode emergir para dar sustentação à defesa de interesses privados e direitos individuais. Nisso, a cidadanização liberal, patrocinada pelas agências da sociedade civil com interesses estratégicos na privatização da vida social, na insularização das pessoas e na sua fragmentação, revela ser bastante diferente da cidadanização comunitária e da republicana, ambas irmanadas, ainda que de modos bastante diferentes, na solidariedade grupal e na entrega aos bens comuns.

A devoção aos bens identitários, enquanto acção de vinculação a bens comuns, é o que distingue a cidadanização comunitária de outras igualmente vigentes no seio da sociedade civil. Os bens identitários, tais como a cultura, as tradições, os modos de vida, os valores e as crenças, a língua, a história, a religião, constituem o horizonte de referência de uma educação para a cidadania que se faz, como que por osmose, no âmbito de comunidades estreitamente unidas por laços de solidariedade e de fraternidade, baseadas na consanguinidade e, acima de tudo, nas familiaridades culturais. A cidadanização, desde as famílias, os grupos étnicos, as associações religiosas, os grupos culturais, as associações de imigrantes, sofre aqui um giro culturalista e é sistematicamente marcada pela acção de conformização dos indivíduos à cultura dos seus grupos de parentesco. Educa-se para o reagrupamento gregário em torno dum *ethos* e dum modo de vida. Privilegia-se o grupo dos iguais, deixando de fora os «estranhos» e os «anónimos». O que importa é a integração normativa e simbólica nos referentes culturais do grupo e o desenvolvimento de fortes sentimentos de solidariedade com os membros desse grupo.

A educação do cidadão segundo essas orientações desenvolve-se em dois sentidos.

Por um lado, vai identificando os indivíduos com certas formas de vida em comum, historicamente trabalhadas pelas vicissitudes da vida comunitária. Por outro, subordina a acção pedagógica à preservação da comunidade cultural a que pertencem os indivíduos. O processo, assumido com seriedade pelas redes sociais de reciprocidade, organiza-se em função duma ideia simultaneamente restritiva e impositiva de comunidade cultural: «A comunidade cultural existe objectivamente, independentemente da vontade dos indivíduos, e a tarefa das instituições é preservá-la – e, em muitos casos, impô-la –, subordinando os direitos dos indivíduos que formam parte dela a esse objectivo e limitando o acesso dos que chegam de fora ou condicionando a sua admissão à sua disposição em participar dos traços culturais que se atribuem à comunidade» (Ovejero, 2006, p. 58).

A comunidade é o princípio e o fim da cidadanização. Se há valores a cultivar, eles são os da comunidade. Melhor: são a própria comunidade. O indivíduo deve-lhe respeito e consideração, pois dela recebe um nome e uma identidade. Um nome e uma identidade que o comprometem com a preservação da «alma» identitária da comunidade, por mais isolada e restrita que seja. A obrigação do cidadão é honrar o património cultural da comunidade e dar-lhe continuidade através das gerações. É entregar-se à defesa de bens comuns que não vão além do horizonte delimitado pelas fronteiras culturais do território comunitário.

As estruturas da sociedade civil que induzem este tipo de cidadanização contribuem para o activismo cívico, mas apenas na estrita medida em que beneficia os membros do grupo ou «clã». Ir além do egoísmo de grupo não está nos seus propósitos. Nisto, a cidadanização comunitária é bem diferente da cidadanização republicana, a qual pensa doutra maneira o interesse geral ou o bem comum. Agora, o bem comum é mesmo de todos, independentemente dos padrões de riqueza e

rendimento, dos privilégios, da filiação partidária ou da pertença comunitária. A demanda do bem comum é um imperativo cívico e a sociedade civil, através das comunidades cívicas, dos organismos não-governamentais e dos movimentos sociais tem um contributo a dar nesse sentido, educando os cidadãos para o activismo político e o empenhamento solidário nas «coisas» públicas, nos assuntos comuns.

A cidadanização republicana promove a revitalização da vida pública e leva isso a sério insistindo no valor da participação política. A participação política não é apenas um meio de alargar a base de legitimidade das decisões. É também, e sobretudo, um veículo que serve para desencadear virtudes cívicas, como a empatia, a confiança e a cooperação solidária. O cultivo de virtudes cívicas, tão essenciais à saúde da vida pública, faz-se nas comunidades cívicas da sociedade civil ou, pelo menos, são nelas incentivadas, estimuladas e apadrinhadas como bens.

A educação para a cidadania republicana aposta forte na promoção de virtudes cívicas. Assenta essencialmente na sua interiorização através da aprendizagem cívica que se processa nas arenas da sociedade civil, designadamente nos grupos cívicos e nas associações voluntárias de serviço público sem fins lucrativos. Aqui, os cidadãos têm a oportunidade, e o contexto adequado, para desenvolverem disposições virtuosas e reforçá-las pela prática do voluntariado cívico e do envolvimento em causas públicas.

A participação activa nas «coisas» públicas é a virtude cardinal. Não de maneira cega, pois pode ser cúmplice de injustiças e imoralidades (Audard, 2004, p. 190), mas acompanhada por um pensamento crítico capaz de dissolver as opiniões feitas. Participar é tomar parte, e isso quer dizer, numa cidadanização republicana a partir da sociedade civil, assumir a sua quota de responsabilidade na gestão e na condução dos assuntos comuns.

A gestão e a condução do que é comum dão uma outra amplitude à identidade política dos cidadãos. Os cidadãos tornam-se mais respeitadores da outredade do outro, estão mais dispostos a negociar as diferenças e a procurar consensualidades. Sob os efeitos de uma cidadanização republicana, mesmo que parcial e intermitente, como normalmente acontece na maioria dos percursos biográficos realizados na sociedade civil, os indivíduos adquirem outras senhas de identidade. Senhas que «não nascem de comunidades primordiais ou originais como a etnia, a raça, a classe ou a nação... nem tão pouco são produto da simples acção social estratégica de agentes livres e individuais...». O seu sentido de lealdade, solidariedade e, sobretudo, a sua ideia de comunidade, sedimenta-se além do orgânico e do individual, pois assenta em laços estritamente políticos» (Leroux, 2007, p. 166). São estes laços que permitem a inclusão e a construção de uma comunidade para todos, nativos e forasteiros, próximos e estranhos, num processo em que várias instâncias da sociedade civil participam.

A participação de várias instâncias da sociedade civil na construção de uma comunidade inclusiva, respeitadora da alteridade do outro e suficientemente aberta para acolher perfis identitários divergentes, sem lutas fratricidas e limpezas étnicas, é o sinal que a sociedade civil, enquanto escola de cidadanias, não se limita a promover a cidadania comunitária, aferrolhada nos grupos de parentesco, nem somente a cidadania liberal, típica do cidadão ensimesmado no seu foro privado, à margem das lutas políticas pelo bem comum, pelo bem de todos. A sociedade civil, aquela que hoje é confrontada com novos desafios sociais e políticos, também acalenta a cidadania republicana e é importante saber, quanto mais não seja para afrontar devidamente esses desafios, se a sociedade civil está a dar a devida importância a essa cidadania. O ideal, em termos normativos, é que estivesse a dar. Mas será mesmo assim?

DO DESCRITIVO AO NORMATIVO: PARA ONDE VAI A ESCOLA DE CIDADANIAS?

A hermenêutica da sociedade civil como escola de cidadanias é uma análise categorial e prototípica que se inscreve num projecto mais vasto, orientado pela intenção de esclarecer se a sociedade civil realmente existente está a educar tendo em conta os desafios que nos afligem. Por um lado, o desafio da gestão democrática da multiculturalidade, numa época em que se redesenham os perfis identitários das sociedades, especialmente as que são ponto de chegada dos novos fluxos migratórios, portadores de novas crenças, novos valores, novas culturas e novos estilos de vida. Por outro, a transformação do governo numa governação de múltiplos níveis ou estratos em que os cidadãos, também eles, são convocados a ter especial protagonismo na regulação dos assuntos colectivos com critérios de interesse público, e isso desde os patamares municipais e locais até aos estatais, regionais e mundiais, ao abrigo de novas formas de coordenação da acção social tanto dentro como fora das fronteiras nacionais-estatais. A pergunta que se pode formular, com toda a legitimidade, é se a sociedade civil está sintonizada, através das suas acções educativas, com esses desafios. Será que nos prepara, dentro das suas possibilidades, para a vivência em sociedades multiculturais e para a assunção de protagonismo nos diversos palcos onde se faz governação? É a sociedade civil uma escola de cidadanização predominantemente voltada nessa direcção?

A intenção, meramente exploratória, é esclarecer se as tendências da sociedade civil convergem nesse sentido ou se estão pura e simplesmente focalizadas noutros alvos. Sabemos que a sociedade civil, enquanto escola de cidadanias, modela o nosso jeito de ser em sociedade e dá contributos à construção da nossa identidade política. A sua acção educativa induz perfis de cidadania e já sabemos que perfis são esses: liberais, comu-

nitários e republicanos. O que importa saber, doravante, é se dá a mesma importância a todos ou se privilegia alguns.

As tendências mais sintomáticas da sociedade civil contemporânea são claras a esse respeito: a sociedade civil não dá a mesma importância aos vários tipos de cidadania, antes define uma trajetória educativa em que sobressai o peso atribuído às perspectivas liberais e comunitárias. Duas evidências são notórias: por um lado, o impulso dado à privatização dos cidadãos, indutora duma certa desvinculação do público-político e, consequentemente, das lutas pelo bem comum. Por outro, o acalentamento da comunitarização da sociedade, correspondendo a um desejo de comunidades homogêneas e etnicamente «limpas», inclusive, como diz Dahrendorf, «nas sociedades em que todas gozam de amplos direitos civis» (2004, p. 44).

A primeira tendência é a do recentramento na esfera da vida privada e articula-se, pelo menos desde a década de 1970, com a vaga de neoliberalismo que tem assolado a sociedade civil. O neoliberalismo é um individualismo e isso deixa as suas marcas nas dinâmicas educativas da sociedade civil: alimenta-se a «pulsão de individualização» (Gauchet, 2002, p. V), promove-se uma «cultura do narcisismo» (Lasch, 1979) e estimula-se a sistemática privatização dos indivíduos, celebrando os encantos da vida privada. É assim que, «em todo o lado, a voz do colectivo é substituída por decisões e escolhas individualizadas, atomizadas e competitivas» (Bauman, 2007, p. 174).

A privatização das existências individuais é uma insularização e uma fragmentação do corpo social em mónadas solipsistas, alheadas das «coisas» públicas e dos assuntos comuns. Configura uma despolitização dos cidadãos se entendermos, com Innerarity (2006, p. 28), que a política é «o governo dos assuntos públicos», inclusive, nos cenários da mundialização dos riscos e dos problemas, onde surge cada vez mais a necessidade de uma

acção concertada entre actores sociais e políticos.

A motivação para a política, não sendo de excluir completamente do âmbito de uma sociedade civil que funciona, em grande parte, como escola de cidadania liberal e, portanto, como escola de individualização e privatização, não chega a constituir-se como objectivo prioritário. A não ser que o envolvimento com a política, por parte dos cidadãos privatizados, sirva os interesses do recolhimento nos santuários da vida privada, bem longe das lutas por um infável bem comum. A política só interessa na medida em que fornece as protecções e as garantias para esse estilo de vida, hoje radicalizado pela ideologia do individualismo possessivo e competitivo, baseado no interesse próprio.

Uma sociedade civil que encara assim a política desvirtua grande parte do seu sentido e só pode conduzir, na prática, a uma cidadania de baixa intensidade, educativamente mal preparada para afrontar os desafios da governação, seja nos palcos nacionais, onde se torna mais horizontal, seja nas arenas internacionais, hoje mais abertas às solicitações dos cidadãos e ao seu protagonismo, por via de organizações não-governamentais, nos processos decisórios sobre questões de interesse global, como os direitos humanos, o aquecimento global, o desenvolvimento sustentável, a segurança e a democracia.

A evidência da singularização/privatização, vista na perspectiva das tendências que mais caracterizam a sociedade civil, não pode ocultar, com a sua luz, outra evidência: a da comunitarização. Ambas são formas de separatismo, só que de signo e alcance diferentes. Se a primeira isola o indivíduo no círculo fechado da vida privada singular, a segunda isola-o, enquanto cidadão, no círculo dos iguais. A tendência, agora, não é da diferenciação individualista, privatizadora e despolitizante no que concerne a cidadania, mas a da segmentação grupal por «ilhas de similitude e semelhança»

(Bauman, 2005, p. 145) em que os cidadãos, reagrupados por afinidades culturais de longa data, fazem valer os seus pergaminhos identitários. O fenómeno, presentemente mais visível nas sociedades receptoras de grande pluralidade cultural é, na opinião de observadores avisados, um claro regresso aos particularismos (Baumier, 2007, pp. 189-191) e uma espécie de inversão relativamente ao que se passou em finais do século XIX: «No fim do século XIX europeu, a passagem das comunidades à sociedade, das identidades colectivas ao reinado da lei, era vista como um grande progresso. Será que vivemos o momento inverso, o retorno às comunidades fechadas sobre si mesmas, dirigidas por poderes autoritários e rejeitando, como inimigos, as outras comunidades?» (Touraine, 2005, p. 24). A palavra do historiador é esclarecedora a esse respeito: «O processo que transformou camponeses em franceses e imigrantes em cidadãos americanos está a ser revertido, esmigalhando as mais amplas identidades de Estado-nação e transformando-as em identidades de grupo voltadas para os seus próprios interesses, ou mesmo em identidades privadas sem nacionalidade» (Hobsbawm, 2008, p. 89).

O processo de comunitarização da sociedade civil, afirmativo e promovido em muitos contextos sociais actuais, não é alheio a medos de homogeneização e a sentimentos de receio perante o estranho. Estes medos e estes receios são alimentados pelo processo de globalização cultural que está em curso e, em particular, pela chegada massiva de imigrantes a países que, até agora, se consideravam unidades homogéneas em língua, cultura e religião. O estranho, sobretudo na forma de imigrante, tornou-se rotineiro nesses contextos e isso é gerador de comportamentos díspares.

Se é verdade que os nativos se enquistam nas suas referências culturais, muitas vezes como álibi para a separação que salvaguarda privilégios económicos, sociais e políticos, também é certo que há «cada vez mais imigrantes a recusarem abandonar as suas sensibilidades e particularidades culturais em pro-

veito de uma identificação completa com a cultura hóspede» (Suárez-Orozco y Qin, 2006, p. 165). A preservação da identidade cultural e a manifestação pública dos seus traços é, para muitos estrangeiros e forasteiros, «um meio de proclamar a sua presença face aos outros» (Benbassa, 2004, p. 126) e uma forma de reconquistar alguma estima própria em meios pouco hospitaleiros.

Seja como for, é importante reconhecer que a comunitarização, pedida e reivindicada por grupos e associações da sociedade civil, pode potenciar a conflitualidade inter-étnica e diminuir, por conseguinte, a tolerância à diferença. Os grupos fecham-se sobre si próprios, separam-se uns dos outros e passam a recear as interações comunicativas. Prepara-se, assim, um caldo de cultura para a emergência de comunidades do medo: «Estamos assistindo ao nascimento de comunidades do medo cujas emoções e irracionalidades podem perfeitamente converter-se em terreno fértil para movimentos de segregação radicais» (Beck, 2004, p. 385). Aquilo que tantas retóricas difundiram aos quatro ventos até há pouco tempo («viver juntos com os mesmos direitos»), parece que tem de ser revisto em baixa face à progressiva balcanização da sociedade civil: «Houve um tempo em que o *separate but equal*, quer dizer, o separados mas com os mesmos direitos, nos parecia um objectivo muito pouco liberal. Todos queríamos o *together and equal*, isto é, juntos e com os mesmos direitos, o qual seria possível com uma forte mistura de todos os grupos nas mesmas escolas, em todos os bairros, mistura que se poderia alcançar compartilhando amizades, realizando casamentos mistos e constituindo famílias multirraciais. Em muitas partes, hoje só cabe esperar que ao menos se cumpra esse mínimo que é o *separate but equal*, pois a separação dos grupos parece inevitável» (Dahrendorf, 2004, p. 44).

A conclusão pessimista de Dahrendorf é hoje partilhada por todos aqueles que assistem, estupefactos, ao aumento do racismo e

da xenofobia, não já com base no *facies* e na cor da pele, mas na dissemelhança cultural. A separação em áreas étnicas nas grandes cidades dos países ricos só pode agudizar esse sentimento pessimista e essas consequências negativas. Se não se inverter a marcha, as sociedades civis correm o risco da fragmentação comunitária, tornando-se mosaicos ou colecções de comunidades sem interacções culturais verdadeiramente significativas, únicas capazes de promoverem uma convivência gratificante além da fria coexistência pacífica no seio do mesmo território sociológico.

Mas como inverter a marcha? Poderá a sociedade civil, enquanto escola de cidadanias, ajudar a enfrentar este desafio da multiculturalidade sem erguer barreiras e cavar trincheiras entre as pessoas, no mais profundo respeito pelos valores democráticos?

Embora essa tarefa não esteja integralmente nas mãos da sociedade civil, como não está a preparação para o exercício da governação em toda a sua extensão, as suas redes associativas podem dar um contributo nesse sentido se apostarem mais incisivamente numa cidadanização republicana. A cidadanização republicana faz-se essencialmente utilizando as potencialidades educativas da sociedade civil e isso pode consistir em promover uma pedagogia do encontro intercultural, do intercâmbio e da tradução que responda à multiculturalização galopante da vida social, evitando assim que essa pluralidade se dissolva numa justaposição exótica de mundos fechados e incomunicáveis.

O empenho da sociedade civil na formação de cidadãos com os traços característicos da cidadania republicana, ou neo-republicana se se preferir uma designação mais conforme com as recentes reactualizações do republicanismo (cf. Ovejero, Martí y Gargarella, 2004), não surgirá com apelos retóricos ou por toque de magia. Exige a intervenção da «sociedade política», isto é, a

autoridade estatal, dado que é necessário tomar medidas políticas nesse sentido e exercer, além disso, um magistério de influência junto das estruturas da sociedade civil. É preciso romper com a ideia da existência de uma fronteira claramente delimitada entre o Estado e a sociedade. Estado e sociedade civil precisam de trabalhar juntos em prol de uma cidadanização dos cidadãos que os prepare para os desafios culturais e políticos da contemporaneidade. O horizonte normativo da cidadania republicana, embora exigente e difícil de implementar nas circunstâncias adversas da privatização e da comunitarização, parece ser o único adequado a esse propósito. Não há forma de avançar nesse sentido se não ultrapassarmos a visão dualista entre Estado e sociedade civil. Ambos são necessários à promoção da cidadania republicana e não há melhor escola de cidadanias, globalmente falando, que a parceria estratégica entre o Estado e a sociedade civil nessa matéria.

REFERENCIAS

- Alonso, L. (2007). *La crisis de la ciudadanía laboral*. Barcelona: Anthropos.
- Audard, C. (2004). O cidadão ‘pensante’ e os perigos da sociedade civil. In J. Rosas (org.). *Ideias e políticas para o nosso tempo*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, pp. 187-204.
- Bauman, Z. (2005). *Amor líquido. Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Bauman, Z. (2007). *Miedo líquido. La sociedad contemporánea y sus temores*. Barcelona: Paidós.
- Baumier, M. (2007). *A democracia totalitária. Pensar a modernidade pós-democrática*. Lisboa: Biblioteca das Ideias.

- Beck, U. (2004). *Poder y contra-poder en la era global. La nueva economía mundial*. Barcelona: Paidós.
- Benbassa, E. (2004). *La république face à ses minorités. Les juifs hier, les musulmans aujourd'hui*. Paris: Mille et Une Nuits.
- Burns, T. (2004). O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política. In J. Viegas, A. Pinto, S. Faria, (orgs.). *Democracia: novos desafios e novos horizontes*. Lisboa: Celta, pp. 125-159.
- Cortina, A. (1998). *Hasta un pueblo de demonios. Ética pública y sociedad*. Madrid: Taurus.
- Dahrendorf, R. (2004). *En busca de un nuevo orden. Una política de la libertad para el siglo XXI*. Barcelona: Paidós.
- Echeverría, F. (2003). La ética en la plaza pública. In F. Echeverría (coord.). *Ética para la sociedad civil*. Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 15-38.
- Gauchet, M. (2002). *La démocratie contre elle-même*. Paris: Gallimard.
- Held, D. (2001). *Modelos de democracia*. Madrid: Alianza Editorial.
- Hobsbawm, E. (2008). *Globalização, democracia e terrorismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Innerarity, D. (2006). *El nuevo espacio público*. Madrid: Espasa Calpe.
- Kaldor, M. (2003). *La sociedad civil global. Una respuesta a la guerra*. Barcelona: Tusquets Editores.
- Keane, J. (1988). *Democracia y sociedad civil*. Madrid: Alianza Editorial.
- Keane, J. (2001). *A sociedade civil*. Lisboa: Temas e Debates.
- Kymlicka, W. (2003). *La política vernácula. Nacionalismo, multiculturalismo y ciudadanía*. Barcelona: Paidós.
- Lasch, C. (1979). *The culture of narcissism*. New York: W.W. Norton.
- Leroux, S. (2007). Sociedad civil y republicanismo: aproximaciones, problemas y desafíos. In J. Souca y M. Wences (eds.). *Lecturas de la sociedad civil. Un mapa contemporáneo de sus teorías*. Madrid: Trotta, pp. 163-181.
- Mayor, F. (2002). Ciudadanía democrática. Reinventar la democracia, la cultura de paz, la formación cívica y el pluralismo. In F. Imbernón (coord.). *Cinco ciudadanías para una nueva educación*. Barcelona: Graó, pp. 15-27.
- Olvera, A. (2003). *Sociedad civil, esfera pública y democratización en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica y Universidad Veracruzana.
- Ovejero, F. (2006). *Contra cromagnon. Nacionalismo, ciudadanía, democracia*. Barcelona: Montesinos.
- Ovejero, F.; Martí, J.L. y Gargarella, R. (2004). *Nuevas ideas republicanas. Autogobierno y libertad*. Barcelona: Paidós.
- Puga, C. (2005). Una doble mirada a las asociaciones: perspectivas teóricas. In B. Ardití (ed.). *Democracia post-liberal? El espacio político de las asociaciones*. Barcelona: Anthropos, pp. 71-105.
- Suárez-Orozco, M. y Qin, D. (2006). Globalización: cultura y educación en el milenio. In I. Gómez Cavazos (coord.).

- Globalización y justicia internacional*. México: Fondo de Cultura Económica, pp. 129-177.
- Touraine, A. (2005). *Un nouveau paradigme. Pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. Paris: Fayard.
- Walzer, M. (1995). The civil society argument. In R. Beiner (ed.). *Theorizing citizenship*. New York: State of New York Press, pp. 153-174.
- Walzer, M. (1998). The concept of civil society. In M. Walzer (ed.). *Toward a global civil society*. Providence/Oxford: Berghahn Books, pp. 7-27.
- Warren, M. (2004). Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia? In J. Viegas, A. Pinto, S. Faria, (orgs.). *Democracia: novos desafios e novos horizontes*. Lisboa: Celta, pp. 85-97.